

HOJE EM DIA (BH) • 27 DE ABRIL DE 2013

Presidente da Amagis diz que PEC 33 é “aberração jurídica”

Para desembargador, se promulgada, STF irá barrar a proposta legislativa, que é “inconstitucional”

Ricardo Rodrigues
rrodrigues@hojeemdia.com.br

O presidente da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, criticou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que vincula decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ao reexame do Congresso Nacional.

“Estamos perplexos e apreensivos com essa

aberração jurídica. A proposta fere de morte a Constituição e coloca em risco até o Estado Democrático de Direito”, disse.

Segundo Carneiro, cada poder tem sua competência e independência. A harmonia entre eles é a prevalência do estado de direito. “Temos as cláusulas pétreas na Constituição, dentre elas a harmonia entre os poderes constituídos (artigo 60, parágrafo 4º). O monopólio das decisões judiciais cabe ao Judiciário, o reexame das decisões e a eficácia delas também cabem ao Judiciário”, afirmou.

INTROMISSÃO

Para o magistrado, o Congresso está fazendo uma



CARNEIRO: “Os deputados devem refletir sobre essa intromissão e arquivar o processo legislativo da PEC 33”

intromissão indevida, que apequena e amesquinha o STF. “Quando esgotada a via de recursos, as decisões são imutáveis. Não vale outro poder retirar do Judiciário a última palavra sobre decisão que se profere no tribunal consti-

tucional, que exerce a jurisdição interpretando a lei. Não toma decisão política”, disse.

Ele espera que a PEC seja rejeitada no Congresso e arquivada, para garantir a estabilidade do país. •

“Temos as cláusulas pétreas na Constituição, dentre elas a harmonia entre os poderes constituídos (artigo 60, parágrafo 4º). O monopólio das decisões judiciais cabe ao Judiciário, o reexame das decisões e a eficácia delas também cabem ao Judiciário”, afirmou.

ESTADO DE MINAS (BH) • 13 DE ABRIL DE 2013

■ MINISTÉRIO PÚBLICO

Evento reúne representantes do MP, do Judiciário e de movimentos sociais em Belo Horizonte contra a votação de proposta que proíbe promotores de promoverem inquérito criminal

Ato defende investigação

BETHA MAAKAROUN

Na semana nacional de mobilização contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que atribui às polícias Federal e Civil dos estados e Distrito Federal a exclusividade das investigações criminais, representantes do Ministério Público, da magistratura, dos servidores da Polícia Federal, de movimentos sociais e organizações não governamentais estiveram ontem em Belo Horizonte, no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG). Deputados locais também



Autoridades e representantes do Crea-MG. Do lado de fora, pedestres ensinaram o manifesto contra a proposta

Também o desembargador Edson Leite, representando a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), considerou: “Se o Ministério Público tem a legítima outorga do controle dos poderes e, sobretudo das polícias, o poder investigatório está implícito”.

Deputados locais também estiveram presentes no evento. O deputado estadual Durval Angelo (PT) listou as inúmeras parcerias de sucesso entre o MP e a Comissão de Direitos Humanos, que ele fez questão de assinalar que se a PEC 37 for aprovada os mais prejudicados serão as pessoas mais pobres.

Justiça, Carlos André Mariani, assinalou que a PEC 37 não vem para o bem, porque inviabiliza as parcerias entre as instituições no processo de investigação. “Essa proposta promove, com certeza, a ineficiência e a impunidade: ao alijar o Ministério Público e outros órgãos do poder de investigação”, afirmou ele, chamando todos para lutar pelo esclarecimento da opinião pública sobre os riscos que a matéria representa. “A PEC 37 é uma aberração e uma violência contra a República, porque cria um nicho para um único órgão do aparelho estatal, dando o monopólio da investigação criminal à polícia judi-

ciária”, assinalou. Também o desembargador Edson Leite, representando a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), considerou: “Se o Ministério Público tem a legítima outorga do controle dos poderes e, sobretudo das polícias, o poder investigatório está implícito”.

Para a procuradora da República Zani Calcinetto, o motivo maior da resistência à PEC 37 é o retrocesso que ela provocará ao estimular a impunidade, um risco para a democracia. Igual preocupação expressou o vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal de Minas Gerais Christian Ribeiro, para quem a

PEC 37, em vez de discutir política para a segurança pública, quer alijar o MP e outros órgãos de investigar, deixando as polícias Civil e Federal sozinhas na tarefa. “Essa PEC cristaliza um modelo de polícia que não tem sido eficiente”, garantiu Christian.

PREJUÍZOS Vários parlamentares apoiaram o movimento do Ministério Público. O deputado federal Marcus Pestana (PSDB) considerou “o esvaziamento do MP uma afronta à liberdade”. Ele alertou para a necessidade da constante vigilância e mobilização e anunciou ainda o apoio da maioria da bancada federal do

PSDB à causa. O deputado Gabriel Guimarães (PT) lembrou o caráter suprapartidário da Campanha Brasil contra a Impunidade. “Ter ter como objeto a defesa da sociedade, da instituição e sobretudo, a defesa da apuração dos crimes”, afirmou. “Não podemos deixar as polícias sozinhas no combate à criminalidade”, acrescentou Gabriel Guimarães, sustentando serem necessárias as parcerias para trabalho conjunto entre as instituições no combate ao crime organizado.

O TEMPO (BH) • 13 DE ABRIL DE 2013

Impunidade. Integrantes do Ministério Público de Minas Gerais colheram assinaturas contra a proposta Ato contra PEC 37 reúne 400 pessoas na capital

■ GUSTAVO PRADO

Cerca de 400 pessoas participaram, ontem, do ato promovido pelo Ministério Público de Minas (MPMG) contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, a chamada PEC da Impunidade, que restringe o poder de investigação do órgão.

O ato marcou o encerramento da semana nacional de mobilização contra a PEC. Em São Paulo, promotores e procuradores de Justiça lançaram o Manifesto Paulista contra a PEC 37.

No próximo dia 24, os Ministérios Públicos (MPs) de

tudo o país se encontram em Brasília para pressionar a Câmara Federal a não aprovar a proposta. "Vamos entregar uma manifestação clara de que o Brasil está dizendo não à impunidade", afirmou o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Neddens Ulisses.

Durante o evento em Belo Horizonte, foram colhidas assinaturas contra a proposta. "A aprovação da PEC vai redundar em queda da eficiência nas apurações das investigações penais e, consequentemente, em impunida-

de", afirmou o procurador geral de Justiça de Minas, Carlos André Bittencourt.

Segundo o procurador, caso a PEC seja aprovada,

Congresso

Apoio. O deputado federal Marcus Pestana disse que pelo menos 90% da bancada federal do PSDB é contra a PEC 37. O deputado Gabriel Guimarães (PT) defendeu o "suprapartidarismo" na discussão.

há medidas judiciais para anular o projeto. A opinião é compartilhada pelo desembargador Edson Feital Leite, que representou a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). "Nós já temos várias decisões dizendo da possibilidade do Ministério Público investigar".

A eficiência da polícia foi colocada em cheque pelo desembargador, que destacou a parceria entre os órgãos. "A sua aprovação traria benefícios para os corruptos, para as pessoas que participam do crime organizado, menos para a sociedade".



Ato reforça mobilização para grande protesto do dia 24, no Congresso

AGORA (DIVINÓPOLIS) • 26 DE ABRIL DE 2013

Fórum tem pouca segurança, afirma líder de magistrados

Falta de recursos favorece invasão e coloca frequentadores em risco

Ricardo Welbert

Representantes da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) visitaram o Fórum de Divinópolis, ontem à tarde, com o objetivo de avaliar as condições de segurança do local. As informações coletadas vão integrar um projeto do Tribunal de Justiça, que pretende destinar verbas para o reforço da segurança nas comarcas. A preocupação se deve ao fato de que, somente em 2012, 57 juízes mineiros sofreram ameaças por conta de sua atividade profissional.

Durante a visita à sede do Fórum, Doutor Manoel de Castro dos Santos, entre as ruas João Morato e Pernambuco, no Centro, o desembargador e presidente da associação, Hebert Carneiro, criti-

cou a facilidade de acesso ao prédio.

- Aqui, mais uma vez, constato a vulnerabilidade e o desrespeito à segurança e à acessibilidade. Entrei pela portaria central e pude perceber que não se faz a mínima identificação das pessoas. Não tem uma porta com detector de metal, nem câmeras de filmagem aqui dentro. Realmente é uma situação precária - disse Hebert Carneiro.

A precariedade da segurança nos fóruns mineiros foi levada pela Amagis à Assembleia Legislativa. Durante uma audiência pública, os magistrados receberam apoio dos deputados da Comissão de Segurança.

- Apresentamos um modelo que já é praticado em outros estados, por meio do qual tira-se um pouco das custas

judiciais que vão para o poder judiciário, de 3 a 5% do valor, para que o tribunal possa planejar uma política de segurança. A partir daí, dotam-se os fóruns das condições necessárias de segurança - contou o presidente da Amagis.

Não é só aqui

O juiz e diretor do Fórum de Divinópolis, Francisco de Assis Corrêa, lembrou que a falta de segurança não é característica apenas da sede local.

- Acho que todo fórum de interior não tem a segurança necessária. A gente sabe que a justiça lida com interesses variados. Na medida em que há uma interferência do judiciário nestas questões, retirando bens patrimoniais ou até a própria liberdade dos acusados, é gerada uma sensação de inconformismo que não é pacífica. A reação dessas pessoas é imprevisível - disse.

Na opinião do juiz, o fórum também não pode se tornar um ambiente fechado, porque a população, que demanda a atuação da justiça, precisa ter livre acesso a ele.

- Teríamos que repensar a forma de manter a segurança, sem

impedir o cidadão de ter acesso às instalações forenses - sugeriu.

Sobre a nova sede da instituição, que deverá ser construída no bairro Primavera, em período ainda não definido, o juiz garantiu que os padrões de segurança sugeridos pela Amagis vão ser seguidos.

- Será uma construção em padrões modernos, onde vão ser abordadas todas estas questões - concluiu Corrêa.



Hebert Carneiro destaca falta de credenciamento



Representantes da Amagis apontaram falhas na segurança do fórum de Divinópolis

- Aqui, mais uma vez, constato a vulnerabilidade e o desrespeito à segurança e à acessibilidade. Entrei pela portaria central e pude perceber que não se faz a mínima identificação das pessoas. Não tem uma porta com detector de metal, nem câmeras de filmagem aqui dentro. Realmente é uma situação precária - disse Hebert Carneiro.

Relatório mostra violência contra juízes

Um levantamento produzido pela Amagis mostra que Minas Gerais conta com 1.313 juízes e 127 desembargadores na ativa. Desses, 57 foram ameaçados em 2012 - média de 4,75 por mês. Em 2013, quase a mesma quantidade (53) recebeu ameaças, das quais 21 tiveram indícios preocupantes.

Muitas denúncias e ameaças são anônimas e chegam por meio de cartas ou telefonemas. Alguns são trotes, mas, quando há risco em potencial, a escolta armada é acionada.

Em 8 de dezembro de 2010, por exemplo, o gabinete da juíza Marcela Decat foi incendiado depois que ela reabriu um processo criminal, em Taiobeiras.

Em janeiro de 2011, o gabinete da juíza Edna Pinto, de São Sebastião do Paraíso, foi invadido. Em outubro do mesmo ano, na cidade de Teófilo Otoni, o juiz Flávio Prado Kreli foi ameaçado pelo crime organizado da região do Vale do Jequitinhonha e precisou ser trans-

ferido de comarca.

Em Nova Serrana, o fórum da comarca foi alvo de bandidos no dia 2 de janeiro de 2012. O prédio foi invadido por homens armados, que renderam quatro servidores e atearam fogo em mais de 500 processos da Vara Criminal. Em 7 de novembro do mesmo ano, em Frutal, um grupo de bandidos munido com dinamites explodiu, durante a madrugada, o caixa eletrônico instalado no interior do fórum da comarca, além de ameaçar e ferir o vigilante que estava no local. Em Contagem, a juíza Marixa Fabiane Lopes, responsável pelo julgamento do caso Eliza Samudio, foi uma das vítimas que precisaram do apoio de seguranças e escolta policial em 2012.

Na vizinha cidade de Itaúna, em 15 de janeiro de 2013, um homem esfaqueou sua esposa dentro do fórum da comarca. No mês seguinte, durante o feriado do Carnaval, o fórum de Itabira foi apedrejado e pichado. (RW)

26 O TEMPO Belo Horizonte
SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2013

Direito. Dado é do Conselho Nacional de Justiça; Rio de Janeiro ocupa a segunda posição

Minas Gerais é o Estado onde mais juízes sofrem ameaças

Maioria dos casos está ligada a prisões de traficantes, informam

Na avaliação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros em Minas (Amagis), desembargador Hebert Carneiro, o Estado tem grande número de casos por causa da extensão territorial. "A maior parte das 296 comarcas de Minas está distante da capital. A maioria das ameaças ocorre contra juízes de comarcas próximas à fronteira com outros Estados. Algumas são rotas de tráfico de drogas, e os magistrados desses locais que acabam mantendo presos traficantes e chefes de organizações criminosas sofrem esse tipo de violência", explica o desembargador.

freem esse tipo de violência", explica o desembargador. Como exemplo, ele cita a região do Triângulo Mineiro de drogas

dos da próxima levam em os casos de corriam al o que 21 de a receber e seis policiais.

Essa insere a pro a busca- faz. Todo cidade pa do você policial, a vida de fu- cade- garga- zant- tribu- em- ter- tes- no- to no- e tribu- rais de dera- federa- Brasil, juízes n- Na a- dente da Magistr- em Mina- senbarga- Hebert Carneiro, o Estado tem grande número de casos por causa da extensão territorial. "A maior parte das 296 comarcas de Minas está distante da capital. A maioria das ameaças ocorre contra juízes de comarcas próximas à fronteira com outros Estados. Algumas são rotas de tráfico de drogas, e os magistrados desses locais que acabam mantendo presos traficantes e chefes de organizações criminosas so-

Infraestrutura

Precariedade. No mês passado, O TEMPO mostrou que todos os 296 fóruns de Minas não têm equipamentos de segurança suficientes para garantir a proteção advogados, juízes e outros servidores.



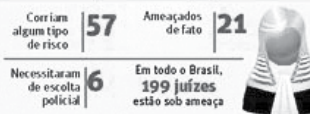
Risco. Em Igarapé, na região metropolitana, homem foi baleado ao prestar depoimento no fórum

MAGISTRADOS EM RISCO

Tribunais de Justiça e tribunais regionais eleitorais*



DADOS SOBRE JUÍZES DE MINAS (2012)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça e Associação dos Magistrados Brasileiros

Recurso será previsto em projeto de lei

A Associação dos Magistrados Brasileiros em Minas Gerais (Amagis) vai propor, por meio de projeto de lei, a instituição de fundo específico para arrecadar recursos voltados a ações que garantam a segurança de juízes. A proposta será apresentada aos deputados estaduais, durante audiência pública na Assembleia Legislativa, marcada para o próximo dia 16.

É uma ilusão pensar que, de uma hora para outra, todas as 296 comarcas vão estar equipadas adequadamente. Porém, é necessário prever, no orçamento, recursos para esse fim", analisa o presidente da Amagis, desembargador Hebert Carneiro. (BM)

SUPER NOTÍCIA SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2013

JUÍZES

MG NO TOPO DAS AMEAÇAS

BERNARDO MIRANDA
falece@supernoticia.com.br

Minas Gerais é o Estado que teve o maior número de ameaças a juízes no Brasil, segundo levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De julho de 2011 até o mês passado, 30 magistrados mineiros sofreram algum tipo de ameaça, o que representa mais de um caso por mês. Em segundo lugar no ranking, aparece Rio de Janeiro, com 29 ameaças, seguido por Bahia, com 14. Em todo o país, 199 juízes foram jurados de morte ou receberam recados com promessas de violência

contra seus familiares. O levantamento foi feito nos tribunais de Justiça e tribunais regionais eleitorais de cada unidade da federação. Já nos tribunais federais, espalhados pelo Brasil, foram 28 ameaças a juízes no mesmo período.

No ano passado

Segundo dados da própria Associação dos Magistrados Brasileiros em Minas (Amagis), que levam em conta somente os casos de 2012, 57 juízes corriam algum risco, sendo que 21 deles chegaram a receber ameaças de fato, e seis precisaram de escolta policial.

NELSON BATISTA 22.9.2009



Em Igarapé, homem foi baleado ao prestar depoimento



Presidente da Amagis concede entrevista à imprensa e fala sobre condições de trabalho e segurança nos fóruns mineiros

Minas

Belo Horizonte, terça-feira, 30.4.2013 | 53 |
HOJEEMDIA

FREDERICO HAKAL

BH poderá ter duas Apacs até o fim do ano

Carlos Calaes

ccalaes@hojeemdia.com.br

Belo Horizonte poderá receber duas Associações de Proteção e Amparo ao Condenado (Apacs), uma para homens e outra para mulheres, até o fim do ano. A informação é do desembargador Herbert Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do Ministério da Justiça.

Ontem, o conselho realizou reunião mensal na sede da Amagis, em BH. O desembargador



DESEMBARGADOR – Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Herbert Carneiro

recebeu relatórios sobre a situação carcerária. Segundo ele, técnicos do CNPCP inspecionaram as penitenciárias São Joaquim de Bicas e Estêvão Pinto e os Ceresps Gameleira e Betim e constataram o dobro da lotação máxima.

Carneiro informou que Minas tem cerca de 55

mil detentos, mas há ainda um déficit de 20 mil vagas. À tarde, em encontro com o secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz e Superintendência Penitenciária, foram apresentados projetos para ampliação de 14,5 mil vagas até 2015. As primeiras 114 serão em Oliveira, no Centro-Oeste. ●

minas gerais

Assembleia discute segurança nos fóruns mineiros dia 16

Sexta-feira, 12 de Abril de 2013



Na próxima terça-feira (dia 16), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais vai discutir a situação de insegurança nos fóruns mineiros durante audiência pública. A iniciativa foi tomada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia após tomar conhecimento da pesquisa elaborada pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), segundo

De acordo com a pesquisa, feita pelas seccionais da Amagis, 97,4% dos fóruns não possuem porta com detector de metais; 78% têm vigilância desarmada (boa parte só durante o dia e nenhuma vigilância à noite) e 96,1% não estão equipadas com câmeras de vídeo. "Uma situação que expõe a riscos advogados, promotores, juizes, réus e o cidadão que frequenta o fórum", advertiu o novo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

No ano passado, 57 juizes e desembargadores receberam ameaças, uma média de 4,75 por mês, de acordo com dados do Conselho de Segurança institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realizados em parceria com a Amagis.

Gerais, realizados em parceria com a Amagis.

Outro levantamento realizado pelo CNJ, divulgado no início deste mês de abril, mostrou que Minas Gerais é o Estado que teve o maior número de ameaças a juizes no Brasil, no período entre julho de 2011 a março de 2013.

Amagis repudia ofensas a magistrados

Nota afirma que "não existem juízes escoltados no Vale do Aço"

DIÁRIO DO AÇO

Enviar

Tweetar

Recomendar

Curtir

2 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

Wlmer Ezequiel



Para presidente da Associação dos Magistrados, não existem juízes escoltados no Vale do Aço, muito menos "pelos próprios policiais denunciados"

DA REDAÇÃO - A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudia, com veemência, as ofensas feitas pelo deputado estadual Durval Ângelo (PT) contra o trabalho dedicado, responsável, isento e independente dos magistrados da Comarca de Ipatinga e região no caso do assassinato do jornalista Rodrigo Neto. A nota, assinada pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, afirma que ao contrário do que afirmou o deputado, não existem juízes escoltados no Vale do Aço, muito menos "pelos próprios policiais denunciados".

Destaca o presidente da Amagis que a Justiça Penal de Ipatinga é séria e nunca fez concessões a policiais envolvidos no crime. "Tanto é assim que, nos últimos quatro anos, dois policiais militares foram condenados por homicídios, além de um terceiro, que foi levado a júri, mas foi absolvido, destacando-se que este último ainda foi pronunciado em outros dois processos, aguardando os trâmites legais para designação de novos júris", enfatiza.

A Amagis também destaca que todas as medidas solicitadas pelo delegado do caso foram atendidas, e que não havia qualquer pedido de prisão preventiva, até porque ainda não há indiciados, mas apenas suspeitos em fase de arrematamento de provas. "O Judiciário só poderá decretar prisões depois que a Polícia Civil apontar os autores por meio de provas suficientes ao pedido de prisão preventiva", informa Carneiro.

Condenações

A Amagis também destaca que, nos casos de autoria definida e indiciamento, o MP tem oferecido denúncia e estão havendo condenações e também prisão preventiva, logicamente, quando preenchidos os requisitos legais. "Não se combate um crime, por mais hediondo que seja, com ofensas, difamações ou calúnias. É preciso ficar claro para todos, especialmente aqueles que se dedicam à defesa do cidadão e dos direitos humanos, quem são os verdadeiros inimigos da sociedade".

Herbert Carneiro também afirma que os magistrados, o Poder Judiciário como um todo e as forças de segurança estão empenhados e dispostos a combater, diuturnamente e sem medo, o crime organizado e a punir exemplarmente os responsáveis. "Temos que trabalhar unidos para alcançar esses resultados, com todas as provas, objetivas e subjetivas, para esclarecer os fatos e buscar os responsáveis por essa barbárie. Estamos convencidos de que o faremos, e de maneira bem-sucedida, como de outras vezes, à luz da Constituição e das leis", conclui o presidente da Amagis, Herbert Carneiro.

VALE DO AÇO • QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2013

POLÍCIA

ASSASSINATOS NO VALE DO AÇO

Amagis defende magistrados de acusações de Durval Ângelo PÁGINA 5

Amagis repudia ofensas a magistrados do Vale do Aço

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudia, com veemência, as ofensas feitas pelo deputado estadual Durval Ângelo contra o trabalho dedicado, responsável, isento e independente dos magistrados da Comarca de Ipatinga e região no caso do assassinato do jornalista Rodrigo Neto.

Ao contrário do que afirmou o deputado, não existem juízes escoltados no Vale do Aço, muito menos "pelos próprios policiais denunciados".

A Justiça Penal de Ipatinga é séria e nunca fez concessões a policiais envolvidos no crime. Tanto é assim que, nos últimos quatro anos, dois policiais militares foram condenados por homicídios, além de um terceiro, que foi levado a júri, mas foi absolvido, destacando-se que este último ainda foi pronunciado em outros dois processos, aguardando os trâmites legais para designação de novos júris. Todas as medidas solicitadas pelo delegado do caso foram atendidas, sendo que não havia qualquer pedido de prisão preventiva, até porque ainda não há indiciados, mas apenas suspeitos em fase de arrematamento de provas.

O Judiciário só poderá decretar prisões depois que a Polícia Civil apontar os autores por meio de provas suficientes ao pedido de prisão preventiva.

Nos casos de autoria definida e indiciamento, o MP tem oferecido denúncia e estão havendo condenações e também prisão preventiva, logicamente, quando preenchidos os requisitos legais. Não se combate um crime, por mais hediondo que seja, com ofensas, difamações ou calúnias. É preciso ficar claro para todos, especialmente aqueles que se dedicam à defesa do cidadão e dos direitos humanos, quem são os verdadeiros inimigos da sociedade. Os magistrados, o Poder Judiciário como um todo e as forças de segurança estão empenhados e dispostos a combater, diuturnamente e sem medo, o crime organizado e a punir exemplarmente os responsáveis. Temos que trabalhar unidos para alcançar esses resultados, com todas as provas, objetivas e subjetivas, para esclarecer os fatos e buscar os responsáveis por essa barbárie. Estamos convencidos de que o faremos, e de maneira bem-sucedida, como de outras vezes, à luz da Constituição e das leis.

HERBERT CARNEIRO
Presidente da Amagis

Diretoria da Amagis

O presidente da Alm, deputado Dinis Pinheiro, recebeu representantes da recém-empossada diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Estiveram presentes: o presidente da Amagis, Herbert José Almeida Carneiro, e os diretores Tibagy Salles Oliveira, Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Reynaldo Ximenes Carneiro, José Antonio Baia Borges e Bruno Terra Dias, ex-presidente da entidade.



DIREITO HOJE

Pensamento único não combina com a democracia

COLABORADOR
NELSON MISSIAS DE MORAIS

opinioao@hojeemdia.com.br

Agredir juiz no Brasil está virando mania. Até há pouco tempo respeitava-se a sua autoridade e decisões, embora isso nunca tenha impedido o justo direito de recorrer a outra instância contra essa ou aquela sentença, como é da lei, da democracia e do Estado de Direito.

Nos últimos 10 anos, por conta da crescente judicialização, resultado da redemocratização do país, paradoxalmente, alguns, quando têm seus interesses contrariados, passaram a agredir a honra do juiz, a ameaçá-lo e até mesmo a matá-lo, como aconteceu naquela triste noite de 11 de agosto de 2011, quando a combativa e dedicada magistrada Patrícia Acioli recebeu 21 tiros da intolerância com a Justiça. Não há dúvida de que aqueles disparos foram contra o próprio Estado de Direito.

O país mudou, está mais democrático, o juiz também mudou e está mais próximo do cidadão e integrado ao mundo em que vive. Hoje é um profissional que conhece melhor a realidade brasileira, das capitais e do interior. Está presente e mais próximo ao cidadão e, mesmo sem segurança, atua de forma dedicada na pacificação social em todos os rincões do país. Como agente político, esse profissional também quer ter vez e voz no processo de decisões e não é mais aquele que se recolhia ao seu próprio mundo para decidir sobre o destino dos outros à luz dos limitados códigos, como se a construção desses não fosse fruto da experiência humana.

Ao longo do tempo, o magistrado conquistou, legitimamente, o direito de participar e de se organizar para ser ouvido e dar sua contribuição na melhoria da qualidade de vida das pessoas e das instituições democráticas. Nesse contexto, as associações de classe têm um papel fundamental pois são, na verdade, o braço político da magistratura.



Acompanhar e participar das decisões do Congresso Nacional, como a que criou, por exemplo, quatro Tribunais Regionais Federais, é legítimo e garantido pela Constituição, que, por sua inspiração democrática, clama cada vez mais por participação do cidadão e de suas organizações, até para legitimar as decisões dos três poderes constituídos.

São conquistas democráticas que nem o presidente de um poder pode tirar.

Desde 2008, e mais intensamente a partir de 2011, as associações de magistrados têm pregado no deserto junto aos três poderes constituídos a defesa das melhorias das condições de trabalho e na própria carreira. Nesse período, conseguiram apenas 15% de correção nos seus subsídios, em três parcelas

O país mudou, está mais democrático. O juiz também mudou e está mais próximo do cidadão e integrado ao mundo em que vive

anuais, a partir de janeiro deste ano, ante uma perda inflacionária até aqui de 36%.

Como outras categorias, ouviram "não" às suas mais justas reivindicações, como o resgate do adicional por tempo de serviço e a paridade entre ativo e inativo, pagadas no incentivo e aprimoramento da carreira. Nem por isso desistiram ou vão desistir de buscar melhorias para todo o sis-

tema, que, ao final, serão revertidas para o cidadão brasileiro, razão e destinatário final da distribuição de justiça.

Democracia é assim mesmo. É a construção coletiva do direito e dos avanços e requer tolerância, respeito, paciência e, principalmente, diálogo sem o qual prevalece apenas o poder absoluto de quem se considera acima das leis e da Constituição. Democracia também é debate, divergência, pluralismo de ideias e de opiniões. Numa democracia plena não há donos do Estado, nem pensamento único, ainda que um ou outro considere que suas ideias sejam as mais corretas.

Faltam respeito e valorização a essa classe, que, além de vocacionada, não pode exercer outra atividade que não a de levar e distribuir justiça por este país, aonde quer que viva

Democracia é a construção coletiva do direito e dos avanços e requer tolerância, respeito, paciência e diálogo

o cidadão, nas mais longínquas comarcas.

O Judiciário é a última instância, a última trincheira do cidadão, quando todos os outros poderes e órgãos falharam ou se omitiram. É aquela voz que a Constituição cidadã resgatou em favor da preservação dos direitos do fraco perante os fortes, independentemente de pressões e de poderes econômico e político. Ninguém poderá silenciá-

lo, nem mesmo a força do poder e dos palácios. Não são súditos, ao contrário, são protagonistas da prestação de justiça e da democracia.

Como é de conhecimento público, há 10 anos tramitava no Congresso Nacional uma proposta de Emenda Constitucional destinada à criação dos Tribunais Federais, de modo a diminuir a sobrecarga verificada no 2º grau de jurisdição desse ramo do Poder Judiciário e facilitar o acesso do cidadão à Justiça.

A proposta legislativa, de autoria do mineiro senador Arlindo Porto, teve o apoio das Associações de Magistrados, da Ordem dos Advogados do Brasil, de governadores de Estado, ministros, senadores e deputados e do próprio Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pela administração do Judiciário. Foi votada em dois turnos tanto na Câmara quanto no Senado.

Sua aprovação não foi "açodada" muito menos "sorradeira"; nem as associações atuaram na "surdina", ao contrário, sempre o fizeram de modo público e oficial. A importância dos novos Tribunais Regionais Federais já foi suficientemente apontada em estudos e debates feitos ao longo de uma década.

De acordo com dados de 2011, pelos 1.223 juizes do 1º grau da Justiça Federal são recebidos 940 mil processos novos por ano, ao passo que no 2º grau, com 134 desembargadores, são recebidos 525 mil.

Se posicionar contra a proposta, sob o argumento de vício de iniciativa soa mais como atestado de confissão de quem deveria fazê-lo e se omitiu. Aliás, em se tratando de emenda constitucional não há que se falar em vício de iniciativa. Enfim, não se trata de uma atuação "sorradeira". Apresenta, acima de tudo, um compromisso com o aprimoramento da Justiça Federal no Brasil e com o cidadão que reclama por uma justiça mais próxima e ágil.

(*) Desembargador do TJMG e secretário-geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

OPINIÃO

Judiciário ideal

HERBERT CARNEIRO

Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis/MG) e desembargador do TJMG

Algumas pessoas de outros setores e do próprio Judiciário crucificam, sistematicamente, a magistratura em intervenções midiáticas de quem parece só buscar o aplauso fácil. Mas que, por outro lado, não fazem qualquer esforço para colocar a proposta de reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) no Congresso Nacional, onde o debate deve ser aberto a toda a sociedade, inclusive aos magistrados.

Talvez, atendendo os consecutivos apelos da magistratura, ou por outras razões, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, decidiu formar nova comissão para elaboração do estatuto da magistratura a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Informações infundadas e inverídicas atribuem o atraso de mais de 25 anos nessa reforma ao que chamam de 'forte reação corporativa'. Ao contrário, nesse mesmo período, a magistratura brasileira, por meio de suas associações de classe, sempre defendeu, pública e permanentemente, a revisão do atual estatuto, imposto pela ditadura em 1979.

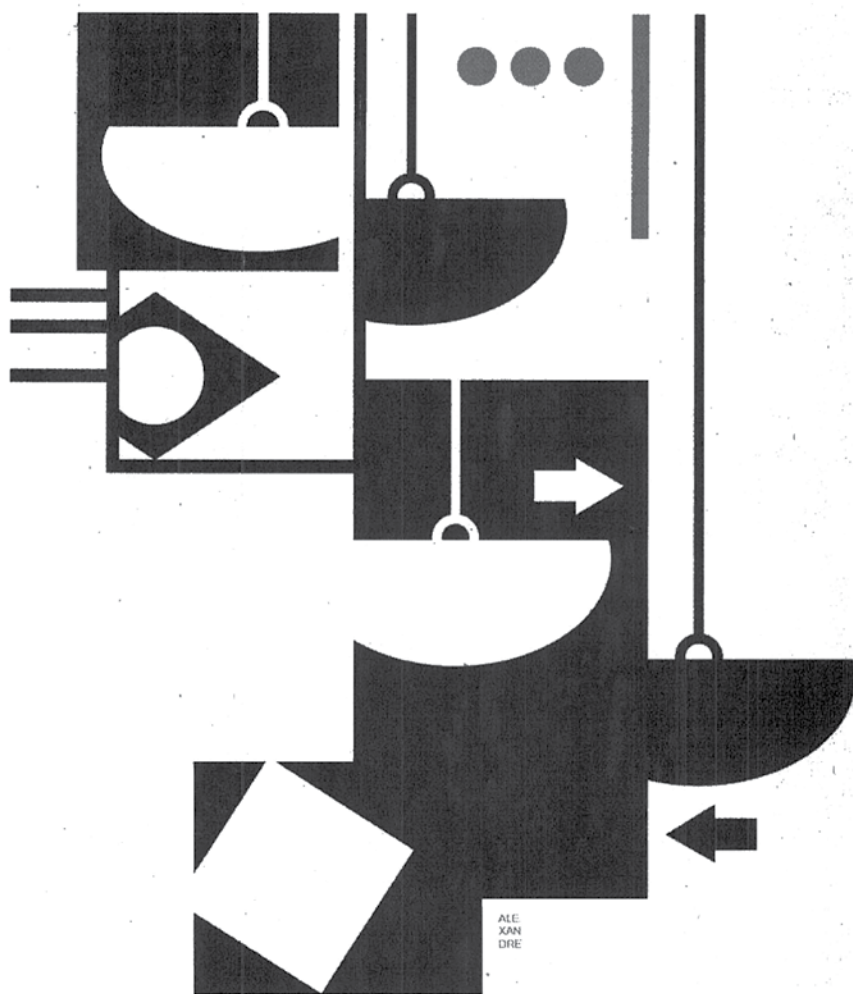
Por meio desse debate, no Congresso Nacional, podemos e devemos discutir, aberta e honestamente, o Judiciário que a sociedade deseja. Não somos contra a discussão das férias de 60 dias por corporativismo, mas, em nome da saudável e democrática defesa dos interesses de uma categoria, seria oportuno discutir quais seriam nossos deveres, direitos, vencimentos, benefícios, conquistados ou não, desde que, sempre, amparados na Constituição.

Com a nova Loman, estará em discussão o problema das chamadas 'morosidade e ineficiência' do Poder Judiciário, analisando, por exemplo, a razão pela qual milhões de sentenças dadas em 1ª instância são acompanhadas de igual ou superior número de recursos, adotados constitucionalmente por advogados e promotores, contra as mesmas decisões. E que, depois de julgadas em segunda, ainda são levadas à terceira e quarta instâncias.

No Brasil, é histórico, só conferem valor à Justiça após a 4ª instância, em total desfavor às decisões do 1º, 2º e até do 3º graus. Igualmente, tornou-se normal e republicano, neste país, o fato de o Poder Executivo, em função de um projeto de governo, ignorar a autonomia constitucional de outro poder (Judiciário), sob a convicção de um terceiro (Legislativo), na hora de votar o Orçamento da União.

Que Judiciário queremos, afinal? Nós, juízes e desembargadores, não temos apego a leis anacrônicas e continuaremos a defender um novo e urgente estatuto da magistratura que defina os nossos deveres e direitos pautados na Constituição e na redemocratização do país e do próprio Judiciário.

Defendemos um estatuto que estabeleça a carga



Os magistrados
estão dispostos
a participar do
debate na construção
do futuro desse
poder, sob a égide
da cidadania

processual de cada magistrado, sua jornada de trabalho, o número de juízes por habitante, o tamanho das férias e as condições de trabalho e de segurança dignas que preservem a vida de quem, muitas vezes, tem que contrariar grandes e poderosos interesses e,

frequentemente, enfrentar o crime organizado.

Juízes ainda não têm hora para começar e terminar o trabalho e não deveriam deixar para o dia seguinte aquele pedido de habeas corpus que chegou depois do expediente, de quem foi preso, talvez, injustamente ou sem provas. Nem ignorar a concessão de um mandado de prisão, por flagrante delito, para membro do crime organizado. Muito menos deixar para amanhã uma decisão para alguém que carece de uma urgente intervenção cirúrgica.

Tabu é não querer discutir e reconhecer essa realidade. Em vez disso, reduzem o debate ao comparar benefícios amparados em leis, como as férias de dois períodos, a privilégios e regalias, jogando os na vala comum das piores anomalias nacionais.

Senhores ministros e senhores parlamentares, os magistrados estão prontos e dispostos a participar desse debate, que deve envolver toda a sociedade, na construção do futuro do Judiciário, sob a égide da cidadania e do Estado democrático de direito.

DIREITO HOJE

Só gestão democrática leva Judiciário ao século XXI

COLABORADOR
HERBERT CARNEIRO

opinioao@hojeemdia.com.br

Já está refletido e maduro que o Judiciário e suas ações precisam, urgentemente, melhorar e se modernizar, especialmente em sua gestão e na prestação desse serviço público especializado e cidadão chamado Justiça.

Ainda estamos distantes do Judiciário do século XXI, que queremos e idealizamos e que a própria sociedade demanda. Muito há o que fazer e, sem democracia, não há como avançar. Se os magistrados querem e descobriram a importância do fazer política associativa e institucional, não podem progredir sem vivenciar e praticar a democracia interna, seja nos fóruns, nos tribunais e com a própria sociedade.

A melhoria e modernização do Judiciário devem estar vinculadas às demandas da sociedade. Há muito, fi-

caram superadas a concepção e a prática do poder que distanciam e distinguem, ou afastam, o Judiciário do cidadão.

Democracia se pratica por inteiro, razão pela qual a magistratura brasileira defende, historicamente, a proposta de eleições diretas para a direção dos tribunais de modo que todos os magistrados possam contribuir pelo aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

As eleições diretas representam um largo passo à frente pela possibilidade de transparência, de eficiência e um avanço no modelo de gestão do Poder Judiciário. Os tribunais carecem de um planejamento estratégico, e o gestor maior precisa ter esse comprometimento e propostas, permitindo uma Justiça mais próxi-

ma do cidadão.

Além da eficiência administrativa, outra razão que nos move é a participação dos juízes e das juízas na escolha da direção, do futuro e dos rumos do Judiciário. Afinal, são eles que estão na ponta do atendimento e, por essa mesma razão, sabem o que é melhor para o cidadão e o que fazer para tornar a Justiça mais útil e mais ágil. São eles também os responsáveis diretos pelas mais democráticas e mais ágeis eleições do mundo. Se são agentes políticos como os desembargadores, não há razão para serem excluídos do mesmo direito de seus colegas do 2º grau na hora de escolher a direção.

Ainda hoje, 28 anos após a redemocratização do país e 25 da promulgação da Carta Magna, estranhamente só 7% da

magistratura elegem o comando das Cortes. Coincidentemente ou não, é o mesmo período no qual defendemos a criação de um novo estatuto da magistratura à luz da Constituição cidadã e do aperfeiçoamento democrático.

Nesse momento em que o Congresso Nacional se debruça sobre o tema, é fundamental que o debate seja ampliado para todos os magistrados e, principalmente, para a sociedade. Tragam, hoje, duas PECs no Congresso (nº 187/2012, na Câmara, e nº 15/2012, no Senado), dispondo sobre a participação de juízes no processo de escolha de seus representantes nos tribunais estaduais, regionais federais e do Trabalho.

A democracia deve permear também o Poder Judiciário, conferindo-lhe aquilo que já existe nos Poderes Executivo e Legislativo, que é a escolha direta de seus repre-

sentantes. A medida é um passo fundamental para legitimar outras reivindicações históricas do Judiciário e da sociedade, como a revisão da ultrapassada Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e a conquista de sua plena autonomia financeira e orçamentária.

São temas que afligem a magistratura e o Judiciário como um todo. A proposta se incorpora a outras que pretendem inovar dentro da Justiça brasileira, fazer com que ela seja mais célere, valorize os juízes e as comarcas longínquas, com condições de trabalho e recursos adequados, para que eles possam atender melhor o cidadão.

A magistratura já é, em si mesma, bastante politizada e inexistem motivos para que fique fora das principais decisões do Ju-

diciário. Os juízes que rem participação e transparência, pois sequer são consultados na hora da definição do orçamento das comarcas que atuam e dirigem, e da destinação dos recursos públicos, a serem aplicados nos fóruns e na segurança deles.

Já passou da hora de os juízes serem integrados ao tribunal do qual fazem parte, apesar de se submeterem ao mesmo presidente que os desembargadores. Trata-se de uma mudança mais ampla do que um mero desejo classista, corporativo ou associativo. Somente por meio de um projeto de gestão democrática é que o Poder Judiciário alcançará condições de melhorar sua capacidade de trabalho.

(*) Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)

Ainda estamos distantes do Judiciário que queremos e que a sociedade demanda

Eleições diretas representam um largo passo à frente pela possibilidade de transparência